UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

AVANÇOS E IMPASSES NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU (1993-2009)

Orientadora: Professora Doutora Jussara Reis Prá

AMILCAR RODRIGUES AFONSO SANTY

Porto Alegre, dezembro de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Amílcar Rodrigues Afonso Santy

AVANÇOS E IMPASSES NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU (1993-2009)

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profª. Dra. Jussara Reis Prá

Porto Alegre
2009

Dedicatória:

A memória do meu Pai, Antonio Rodrigues Afonso Santy (ARAS)

A toda minha Família pela Paciência, Serenidade e Compreensão que demonstraram durante a minha ausência do país.

E, por último, o agradecimento a uma pessoa especial na minha vida, a minha filha Naidi Rodrigues Afonso Santy, e à minha Mãe Dona Santa (Tanta).

Agradecimentos

É difícil enumerar ou listar, nas poucas linhas que nos são reservadas para este efeito, todos e todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para tornar este trabalho possível. Assim, mencionaremos apenas quem julgamos estar inevitavelmente ligado ao sucesso deste trabalho, na certeza de que o/a anônimo/a também tem o seu lugar reservado no nosso coração. Deste modo:

Em primeiro lugar, dirijo um agradecimento especial a uma figura que, proeminente e indissoluvelmente, está ligada a esta monografia, A Professora Doutora Jussara Reis Prá, na qualidade de orientadora, sobretudo pela mestria e orientação auspiciosa demonstradas. O misto de acentuado rigor cientifico, o calor humano e a amizade da Professora, serviram, indubitável e invariavelmente, para levar a bom termo a conclusão deste trabalho.

Agradeço, especialmente, o apoio do Padre Lauro, cuja colaboração foi fundamental para a elaboração deste trabalho, aos meus colegas da Universidade Patrick Barcelos, Vianei Santos, Ariana, Iasmini Massaro, Samanta Co, Mariele. Aos meus Professores, pelo ensinamento e amizade, Maria Lucia Rodrigues Freitas Moritz, Izabel Noll, Odaci Luiz Coradini, Eduardo Corsetti, Ari Pedro Oro, Arlei Sander Damo, Jose Carlos Gomes dos Anjos, Marcello Baquero, Carlos Arturi, Cornelia Eckert e Naira Lima Lápis. Aos meus irmãos de Bissau Germano Rodrigues e Afonso Santy. Estendo meu agradecimento a todos e a todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para concretizar esta fase da minha formação acadêmica no Brasil.

RESUMO

O presente trabalho trata de avanços e impasses que demarcam o processo de transição política em Guiné-Bissau no período de 1993 a 2009. O propósito do estudo é abordar as contradições inerentes à alternação entre períodos autoritários e democráticos, os primeiros sob a égide do PAIGC, que tem sua expressão mais forte na figura do presidente João Bernardo "Nino" Vieira e, o segundo, menos expressivo na era do PRS, representado pelo presidente Kumba Yalá. Para tal, são realçados episódios da historia política e social da Guiné-Bissau que culminaram com assassinatos, perseguições e prisões, entre outros eventos. Estes com o saldo de golpes de estado e tentativas frustradas deles, tanto no período ditatorial quanto no período de abertura política dos anos de 1990. O último identificado como o de liberalização do regime, entre outras razões, pelo surgimento de novas forças políticas (1991) e da realização das primeiras eleições multipartidárias supostamente justas e transparentes (1994). Em vista disso, são abordadas as seguintes questões: Quais as nuances do processo de transição política deste país? Como civis e militares se manifestam ou se relacionam quanto à ocupação, exercício e controle do poder no contexto de transição política? O estudo compreende três capítulos. O primeiro traz uma abordagem histórica da política Guineense, destacando a literatura nacional e internacional sobre a transição ao governo civil a fim de apresentar as principais contribuições cientificas a respeito da Guiné-Bissau. No segundo capítulo enfocam-se as praticas de autoritarismos do PAIGC com o olhar voltado ao processo de centralização política e à crise econômica do regime autoritário, bem como ao golpe de estado capitaneado pelo PAIGC. O terceiro capítulo contempla a seqüência do golpe de estado advinda no período pós-transição política na Guiné-Bissau. No mesmo segmento, são examinadas as principais nuances do processo de transição e de democratização na África, bem como a instabilidade política e democrática do continente africano, priorizando-se algumas abordagens teóricas que enfatizam a temática do controle civil democrático e a da tutela militar. Os resultados do estudo sugerem se tratar de um processo de transição política ainda não concluído e cuja concretização deve passar pela democratização das principais forças políticas civis e militares.

Palavras-Chave: Transição Democrática, Golpe de Estado, Autoritarismo, Relação Civil-Militar.

Lista de Abreviaturas e Siglas

BM	- Banco Mundial.
CDEAO	- Comunidade do Estado África Ocidental.
CPLP	- Comunidade dos Paìses de Língua Oficial Portuguesa.
FIDH	- Federação Internacional dos Direitos Humanos.
FMI	- Fundo Monetário Internacional.
JAAC	- Juventude Africana Amílcar Cabral.
KANSARÉ	- Jornal Kansaré.
LGDH	- Liga Guineense dos Direitos Humanos.
MOE EU	- Missão de Observação Eleitoral da União Européia.
NÔPINTCHA	- Jornal Nô Pintcha.
ONU	- Organização das Nações Unidas.
OPDDH	- Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos.
PAIGC	- Partido Africano da Independência da Guine e Cabo-Verde.
PRS	- Partido da Renovação Social.
RGB	- Resistência da Guiné-Bissau.
UDEMU	- União Democrática da Mulher.
UEMOA	- União Econômica Oeste Africana.
UM	- União para a Mudança
UNTG	- União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau.

LISTA DE FIGURAS

Ilustração 1 - Fronteiras da Guiné-Bissau 14

Tabela 1 - Votação para Presidência da Republica (Guiné-Bissau - 1994) 16

Tabela 2 - Votação para Presidência da Republica (Guiné-Bissau - 2005) 17

Ilustração 2 - Registro das Eleições de 2009 18

Tabela 3 - Participação Eleitoral 19

Quadro 1 – Tensões Políticas na Guiné-Bissau (1980-1987) 30

Quadro 2 - Conflitos Políticos na Guiné-Bissau, 1973-2009 33

Quadro 3 - Acontecimentos de Assassinatos, Torturas e Perseguições 39

Ilustração 3 - General Na Waié e Presidente Nino Vieira 40

Quadro 4 - Direitos Humanos na Guiné-Bissau (2007)..... 41

SUMÁRIO

Introdução 9

Capítulo Primeiro 14

1. Recorrências autoritárias da história política guineense 14

1.1 A relação entre forças civis e militares 20
1.2 Transição política na literatura nacional e internacional 22

Capítulo Segundo 26

2. Autoritarismo sob o comando do PAIGC 26

2.1 Golpes de estado no regime autoritário e durante a transição 29

Capítulo Terceiro 35

3. Instabilidade política e democratização no contexto africano 35

4. Reflexões Finais 44

Referências Bibliográficas 48

Introdução

> As eleições na Guiné-Bissau têm como enquadramento legal à Constituição de 1984 (alterada em 1993 e emendada em 1996) e um código eleitoral composto por 4 leis sobre: 1) recenseamento; 2) eleição da Assembléia Nacional Popular e do Presidente da Republica; 3) competências da Comissão Nacional de Eleições e; 4) observação eleitoral internacional. Para a eleição presidencial de 2005 o quadro legal inclui a Carta de Transição Política assinada em Setembro de 2003 e a sua adenda de Março de 2005 (MOE EU, 2005, p. 73).

O texto em epígrafe situa a conformação legal dos processos eleitorais em Guiné-Bissau estabelecidos pela Carta Constitucional de 1984, um decênio antes da realização das primeiras eleições multipartidárias (1994). As emendas à Constituição e os acréscimos à legislação eleitoral no mesmo texto servem para configurar a existência de um cenário político conturbado que requer ajustes sistemáticos e a adoção de mecanismos de veto ou censura para manter a estabilidade política do país. Nesse plano:

> A Constituição da Guiné Bissau estabelece um regime político semi-presidencialista em que o Presidente da República e os 102 deputados da Assembléia Nacional Popular são eleitos por sufrágio direto universal para um mandato de cinco e quatro anos, respectivamente. O Governo deve ser empossado pela Assembléia Nacional Popular, podendo ser destituído por votação favorável de uma moção de censura, detendo o Presidente poderes para dissolver a Assembléia em casos constitucionalmente previstos, mas a Assembléia ela própria pode ser dissolvida pelo Presidente da República. (MOE EU, 2005, p. 4).

Apesar da evidente supremacia do poder executivo[1], a independência do poder judiciário é garantida pela Constituição e o Tribunal Supremo de Justiça, além de vértice do sistema judicial, tem poder de revisão constitucional (Idem). Mesmo assim, se for considerado o processo de transição política da Guiné-Bissau, iniciado em 1994, o que se verifica no país

[1] "O Presidente da República é eleito para mandato de cinco anos com 50% dos votos e mais um dos votos validos. Se nenhum dos candidatos na primeira volta [1º turno] obtiver a maioria, uma segunda volta [2º turno] é organizada com os dois candidatos com maior votação" (MOE EU, 2005, p. 73).

são momento recorrentes de tensões e de retrocessos políticos. Para fins deste estudo, entende-se por transição política um contexto demarcado por adequações políticas e jurídicas de proteção às liberdades individuais e coletivas, associadas a um processo capaz de configurar transformações de ordem política, econômica, social e cultural (CARDOSO, 1996). O presente estudo pretende refletir sobre esse contexto, referenciando o período que vai de 1994 a 2009. Para explorar analiticamente o contexto empírico citado abordam-se as seguintes questões: Quais as nuances do processo de transição política deste país? Como civis e militares se manifestam ou se relacionam quanto à ocupação, exercício e controle do poder no contexto de transição política?[2]

A escolha do tema foi estimulada pela constatação da debilidade das mudanças políticas ocorridas na Guiné-Bissau e da falta de capacidade para conformar a relação civil-militar e evitar conflitos armados, tensões políticas e sociais durante o processo de abertura política. Ao que parece, o fato do país ter experimentado certa liberalização do regime a partir de 1990, o surgimento de novas forças políticas (1991) e a realização das primeiras eleições multipartidárias, supostamente justas e transparentes (1994), não levou os militares ao exercício automático de suas atividades apenas nos quartéis. Assim, se pelo registro da literatura pertinente o controle sobre os militares é considerado indispensável para concretizar democracias consolidadas, é evidente que na Guiné-Bissau este controle está longe de ser assegurado. Tal contradição demonstra a importância de examinar a realidade descrita, o que também se justifica pelo fato deste ser um país ainda jovem, ou seja, com poucos anos de independência e sobre o qual se tem muito a explorar no campo da investigação científica. Ademais, a Guiné-Bissau é a última das ex-colônias portuguesas, excluído o Timor-Leste, "a adotar o sistema de governo democrático com realização de eleições multipartidárias em 1994 e com várias experiências de golpes de Estado" (TEIXEIRA, 2006, p.5). Soma-se a isso a existência de poucos escritos e de literatura de caráter sistemático sobre a realidade política do país. As referências sobre o país são contempladas sobremaneira em matérias da mídia sobre política e em manchetes de jornais internacionais.

Sendo assim, o trabalho se justifica por sua contribuição ao debate sobre a África desenvolvido por autores nacionais e estrangeiros que se debruçaram de alguma maneira sobre o processo de transição política no país, discutindo os conflitos dentro do Partido da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). A contradição entre os militares e a direção

[2] Estas questões foram formuladas tendo com inspiração o artigo de Teixeira (2006) que examina os contextos propícios à eclosão de golpes de estado na Guiné-Bissau.

do PAIGC acirrou a luta pelo poder entre velhos combatentes da liberdade da pátria Guineense e Cabo-Verdianos, levando à predominância do poder executivo sobre o poder judiciário. Situação agravada por crises econômicas e, em grande medida, por estratégias políticas de ajustes estruturais e macroeconômicos, propostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM) ao final da década de 1970 e inicio dos anos de 1980.

No entanto, a intenção aqui é mostrar que a conjuntura internacional da democratização da terceira onda, mencionada por Huntington (1994), incluindo as transições de regimes autoritários para democráticos, como a ocorrida a partir da Revolução dos Cravos em Portugal (1974) e com o fim da Guerra fria, facilitaram, de alguma maneira, as tentativas de institucionalização da democracia na Guiné-Bissau. Em contrapartida, como defendido em parte da literatura internacional e nacional, as disputas políticas internas jogaram papel decisivo no que diz respeito aos obstáculos postos ao processo de democratização por militares oriundos de diferentes grupos étnicos.

A transição do regime autoritário para a democracia na Guiné-Bissau, iniciada na década passada, ainda não superou os principais desafios do processo democrático, incluindo a proteção aos direitos humanos, o desenvolvimento humano ou o crescimento econômico. Isto permite identificar tal processo como uma transição incompleta. A razão disso pode ser tributada à fragilidade das instituições políticas e à incapacidade do controle civil das Forças Armadas, o que resultou em sucessivos golpes de estado e quedas de presidentes eleitos democraticamente. Desse modo, a Guiné-Bissau, como Stepan (1975) observa em relação ao caso da Venezuela antes de 1964, pode ser citada, também, como um caso clássico de militarismo, pois desde a realização dos primeiros pleitos para a presidência (1994) não se tem notícia de governante eleito que tenha chegado ao fim do mandato.

Deriva daí o objetivo geral do presente trabalho, qual seja: investigar o processo de democratização da África enfatizando o contexto de transição política em Guiné-Bissau, (1994-2009). Especificamente, pretende-se: 1) dimensionar as características da transição política do país; 2) compreender os impasses políticos causados por golpes de estado e: 3) analisar porque a relação civil-militar em Guiné-Bissau ameaça o processo de transição política.

A fim de examinar as implicações da relação civil-militar e da transição política em Guiné-Bissau parte-se de algumas constatações de caráter político, econômico e sócio-cultural, tendo como referência reflexões de Teixeira (2006). No plano político, o que se identifica é uma situação de instabilidade mediante o desencadeamento de sucessivos golpes de estado. Estes, ocorridos desde o momento de declaração da independência do país, secundam o período da liberalização política e expressam um tipo de personalização do sistema político no qual a disputa pelo poder se orienta por aspirações pessoais.

Em termos econômicos, o país enfrenta crises que interferem no processo de construção democrática. A miséria, o desemprego, a eclosão de conflitos violentos, a intolerância aí gerada, além da debilidade do estado, associada à corrupção e à ineficiência administrativa se configuram ao lado do distanciamento dos cidadãos da política. No plano sócio-cultural, a divisão do país em grupos étnicos põe em causa a unidade nacional em detrimento da unidade étnica a partir da distinção entre muçulmanos e "animistas"[3]. A última entendida aqui de forma genérica, ou seja, conforme as tradições africanas como a crença na existência e atuação de seres espirituais que se manifestam na forma de aparições semelhantes a homens ou animais, dispondo de conhecimentos, poderes e possibilidades que o próprio ser homem não tem. Fato identificado como responsável por fomentar fenômenos como o tribalismo, com repercussão no sistema político (TEIXEIRA, 2006).

De forma a abordar a realidade política Guineense optou-se por uma abordagem de natureza qualitativa e de caráter exploratório, a ser viabilizada por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental (GIL, 2002). A fim de encontrar elementos para abordar as questões inicialmente levantadas e os objetivos da pesquisa, procedeu-se à leitura dos seguintes documentos: Relatório de eleições presidenciais; boletins do Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC, 2006); informações referentes à reconciliação nacional na Guiné-Bissau; relatórios da União Européia, provenientes da Missão de Observação Eleitoral da Guiné-Bissau (2005 e 2009); e dados do Instituto Nacional e Pesquisa (INEP), entidade responsável por diversos trabalhos no campo das Ciências Sociais, pertinentes ao processo de transição democrática e a manifestações da sociedade civil referentes a conflitos étnicos.

[3] Entre os grupos classificados como «animistas» podem ser mencionados: Balantas (30%), Manjacos (9-10%), Papéis (10%), Mancanhas e Brames (3-4%), Bijagós (2%) e Felupes e Baiotes (1-2%). Dos grupos muçulmanos fazem parte: Fulas (30%), Mandingas (13%), Beafadas (3%), Nalús e Sossos (1%), citados em MOE EU (2005, p.5).

Concomitantemente, utilizam-se estudos que avaliam a transição política e o advento de diferentes golpes de estado na Guiné-Bissau (TEIXEIRA, 2005, 2006 e 2008), provenientes de literatura acadêmica de origem nacional e internacional.[4] Como complemento foram visitados sítios oficiais como o da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e páginas de Organizações Não-Governamentais (ONGs), entre elas, a da Liga dos Diretos Humanos da Guiné-Bissau. Também pela Internet foram exploradas redes de contatos pessoais e feitas consultas para levantamento de estudos e pesquisas sobre assuntos afins.[5]

Para desenvolver a análise proposta estruturou-se a presente monografia em três capítulos, além desta parte introdutória e das reflexões finais do trabalho. O primeiro capítulo traz uma abordagem histórica da política Guineense, referenciando obras da literatura nacional e internacional com o objetivo de enfocar as contribuições científicas ao debate acerca do processo de transição política na Guiné-Bissau. O segundo capítulo enfoca as práticas de autoritarismo arregimentadas sob o comando do PAIGC, aspectos relacionados à centralização política e a golpes de estado capitaneados pelo partido e por forças militares. No terceiro capítulo são analisados a sequência de golpes de estado advinda após o período de transição política na Guiné-Bissau. No mesmo segmento, são examinadas algumas nuances do processo de transição e de democratização na África, bem como a instabilidade política e democrática do continente, priorizando-se abordagens teóricas que tratam sobre controle civil democrático e tutela militar.

Após delimitar o tema em estudo, o problema de investigação, os seus objetivos e a estrutura do trabalho, direciona-se a atenção para alguns aspectos da historia política de Guiné-Bissau, tendo como marco o contexto de descolonização do país, que corresponde ao de sua independência de Portugal.

---

[4] Consoante às obras nacionais, priorizaram-se artigos e noticias de dois periódicos privados, o Diário de Bissau e o jornal Kansaré, e de um jornal estatal, o Nô Pintcha, bem como as que examinaram documentos do II congresso do Partido Africano para Independência da Guine e Cabo-Verde (PAIGC) de 2007, realizado em Gabu - região leste da Guiné-Bissau.

[5] Esta foi a forma encontrada para desenvolver um plano de recolha de dados, ao qual se impunham limites relacionados ao tempo de estudo, à distancia geográfica da Guiné-Bissau e a impasses decorrentes da falha na circulação de informações gerada pelos constantes conflitos no país.

Capítulo Primeiro

1. Recorrências autoritárias da história política guineense

A fim de examinar a política guineense, optou-se por tecer um breve recorrido histórico retomando acontecimentos que vão desde o momento de colonização do país até a realização das eleições gerais de 2009.[6] A Republica da Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África e estende-se no litoral desde o cabo Roxo até a ponta Cagete. Limitada ao Norte pela Republica do Senegal, a Leste e Sul pela Republica da Guiné Conakry e a Oeste pelo Oceano Atlântico (Figura 1). Possui uma superfície de 36.120 quilômetros quadrados, com uma população estimada de 1.6 milhões de habitantes, em 2009, um pouco mais que a da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Com uma grande diversidade étnica, a população da Guiné-Bissau é predominantemente negra e originária de 40 etnias. Um verdadeiro mosaico de povos e culturas, com aproximadamente 50% da população formada por "animistas", 45% por muçulmanos e o restante de origem cristã (5 %).[7]

Ilustração 1 - Fronteiras da Guiné-Bissau

Fonte: INEC (2009), www.inec.gov

.

[6] A recomposição da história Guineense referente a esse item do capítulo primeiro se orienta pelo artigo de Teixeira (2006), dada a precisão com que o autor esquadrinha cada período dessa história.
[7] Fonte: Instituto Nacional Estatística e Censo, INEC (apud TEIXEIRA, 2006).

Guiné-Bissau e Cabo Verde são muito próximos geograficamente, têm histórias de lutas políticas comuns, ligadas à colonização portuguesa. Na avaliação de Teixeira (2006), orientada por Silva (1997), o domínio português começou no século XVI a partir do estabelecimento de vários colonos em uma vila à beira do rio Cacheu. Região esta que por volta de 1687 iria se transformar em importante centro de comercio de escravos, um entreposto de comércio da Bissau, criado por portugueses e disputado por franceses e ingleses. Praticamente um século depois (1879) a região chega à condição de colônia portuguesa, enfrentando disputas fronteiriças com o Senegal, então sob domínio da França. Disputas só sanadas com a realização da "conferencia de Berlim" (1886). Mas apenas a partir de 1915 os portugueses vão exercer poder efetivo na Guiné-Bissau. É quando, pela revisão constitucional colonial de 1951, a Guiné se converte em província de ultramar. Condição em que se encontra, em 1956, quando é instituído um movimento nacionalista como braço do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado no exílio por Amílcar Lopes Cabral, guineense de origem Cabo-Verdiana.[8]

Conforme Teixeira (2006), séculos após a exploração mercantil ao longo do litoral da antiga Guiné-Portuguesa, atual Guiné-Bissau, os combatentes do PAIGC ofereceram muita resistência ao colonialismo português, sofrendo derrotas e baixas. A proclamação da República, reclamada pelo partido desde 1973, se estende até 1974 quando Portugal reconhece oficialmente a independência da Guiné-Bissau após a queda do regime de Salazar. Um novo período de instabilidade política se verifica quando Amílcar Cabral é assassinado (20/01/1973) e seu irmão Luis Cabral é deposto por Nino Vieira, comandante da Guerra de Libertação Nacional. Disso resulta a separação entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde, cuja unificação fazia parte do projeto político de Amílcar Lopes Cabral.

A partir de então nem mesmo os períodos ditos de abertura política foram suficientes para evitar conflitos e rupturas na Guiné-Bissau. Exemplo disso pode ser encontrado em 1991, quando, em função do surgimento de novos partidos políticos por ocasião do período de abertura política instaurado então, o governo do PAIGC vê seu poder ameaçado. Com efeito, por questão estratégica, o partido decide adiar as eleições gerais, transferindo-as para 1994. Ocasião em que o PAIGC obtém a maioria dos assentos na assembléia nacional popular (62 %). No mesmo pleito Nino é eleito presidente com (64%) dos votos, como pode ser lido na Tabela 1.

[8] Partido de orientação marxista, o PAIGC passou a contar, desde 1960, com o apoio da República da Guine (ex-colônia francesa) e de paises comunistas como Rússia e Cuba (TEIXEIRA, 2006).

Tabela 1 - Votação para Presidência da Republica (Guiné-Bissau – 1994 - %)

Candidato	*Partido*	*1º Turno*	*2º Turno*
João Bernardo "Nino" Vieira	PAIGC	37,92	52
Kumba Yala	PRS	21,9	48
Domingos Fernandes	RGB/MB	16,16	-
Amini Saad	UM	10,71	-
Outros	-	2,61	-
Total		89,3%	100%

Fonte: Elaborado por Teixeira (2008) com base em dados da Comissão Nacional de Eleições referentes ao processo eleitoral de 1994.

Consoante ao governo de PAIGC, como esclarece Teixeira (2006), realizadas as primeiras eleições gerais, depois de um saldo de 18 anos no poder, dentre os quais 10 de domínio monopartidário e 8 anos de abertura política, o partido e seu presidente João Bernardo "Nino" Vieira não deixaram boas recordações. Acusações de corrupção, prisões arbitrarias e várias crises econômicas antecederam a queda de Nino (1998), deposto pelo Brigadeiro Assumane Mané, que chega ao governo prometendo eleições gerais imediatas. A posse de Mané envolveu a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP), a mediação brasileira e a portuguesa num acordo direcionado à restauração democrática com a realização de eleições legislativas e presidenciais para 1999, quando é eleito presidente o líder do Partido da Renovação Social (PRS), Kumba Yala.

Nessa eleição, o PAIGC, até então governo, fica em terceiro lugar e o partido da Resistência da Guiné-Bissau, do movimento Bafata (RGB), em segundo. O governo Yala imprime novas formas de gestão, mas também é acusado de corrupção, uso arbitrário do poder e de promover intrigas entre os grupos étnicos como forma de se manter no cargo. Yalá permanece presidente até 2003, quando é deposto pelo chefe de Estado Maior, Veríssimo Correia Seabra. No mesmo ano Henrique Rosa assume o governo de transição com o apoio da igreja católica. No ano seguinte, Seabra, acusado de corrupção e de nepotismo no interior das Forças Armadas, é assassinado por militares que participam do programa de paz da ONU na Libéria e seu cargo ocupado pelo Brigadeiro Batista Tagmé Na Waié.[9]

Em abril de 2005 Nino Vieira, expulso do poder e proibido de exercer atividade política, volta de um exílio de seis anos em Portugal e se lança como candidato independente à eleição presidencial, sendo eleito no segundo turno, mesmo sem o apoio do PAIGC. A respeito desse pleito, como grifado pela equipe de observadores da União Européia assistiu-se

[9] Vale assinalar que em 2003 a Guiné-Bissau teve a sua terceira experiência democrática com a realização de eleições legislativas, ocasião em que o empresário Carlos Gomes Júnior Vulgo (Cadogo), do PAIGC, assume o cargo de primeiro-ministro.

a um misto de processo democrático combinado à ocorrência de velhas práticas de clientela, decorrentes da compra de votos:

> A campanha eleitoral que antecedeu a primeira volta eleitoral decorreu de forma pacífica e ordeira. Liberdades fundamentais de expressão, assembléia e associação foram respeitadas, tendo os eleitores possibilidades de escolher um leque alargado de candidatos presidenciais. Verificou-se, porém, no período entre as duas voltas eleitorais um claro acréscimo de tensão política, arrolando-se mesmo dois atos de violência que acabaram na morte de cinco pessoas. Apesar de estar contemplado na lei eleitoral, não houve lugar a distribuição de fundos públicos aos candidatos, o que limitou a capacidade de alguns em atingir plenamente o eleitorado. Lamentavelmente, assistiu-se durante toda a campanha à distribuição de bens (bicicletas, arroz, etc.) e dinheiro alegadamente visando a «compra» de votos (MOE EU, 2005, p.5).

Ainda sobre as eleições de 2005, consta no mesmo relatório que este pleito tem lugar depois de período conflituoso, marcado em 1998-99 por confronto militar e, em 2003, pela derrubada de Koumba Yalá por golpe militar. Ao lado disso, diz o relatório da União Européia (MOE EU, 2005, p.8), esta eleição presidencial finaliza o "chamado período de transição negociada entre militares e partidos políticos (2003-2005)". Nesse contexto, entre os treze candidatos presidenciais do primeiro turno, três deles eram referências políticas nacionais "desde praticamente a independência da Guiné-Bissau: os ex-presidentes João Bernardo "Nino" Vieira (1980-1999), Malam Bacai Sanhá (1999- 2000) e Koumba Yalá (2000-2003)". Deles se elegeu o candidato derrotado no primeiro turno (Nino), como se verifica pela Tabela 2, onde constam informações dos dois candidatos mais votados no 1º turno e concorrentes no segundo.

Tabela 2 - Votação para Presidência da Republica (Guiné-Bissau - 2005)

Candidato	***Partido***	***1º Turno***	***2º Turno***
João Bernardo Vieira – Nino	Independente	28,87%	52.35%
Malam Bacai Sanha	PAIGC	35,45%	47.65%
Total		64,32%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório Final da Missão de Observação Eleitoral da União Européia (MOE EU, 2005).

Segundo o Relatório da Missão de Observação da União Européia sobre as eleições de 2005 em Guiné-Bissau, os resultados do primeiro turno denotam pelo menos duas tendências, quais sejam: 1) a existência de um desequilíbrio no que concerne à concentração de votos

(90%) nos três candidatos principais (Malam Bacai Sanhá, João Bernardo "Nino" Vieira e Koumba Yalá), relegando aos demais votos fragmentados; 2) a tendência de haver uma distribuição de votos de acordo com a concentração étnica do eleitorado. Consta ainda do referido relatório que "o fato de Sanhá e Nino serem representantes históricos do PAIGC e de seus correligionários", permite identificar na eleição de 2005 uma tendência à bipolarização da política guineense decorrente da disputa entre PAIGC e PRS.

A conturbada história política da Guiné-Bissau culmina, em 2009, com o assassinato do então Presidente da República Nino Vieira, morto em março do mesmo ano. Esse episódio acaba antecipando o processo eleitoral previsto para 2010 com a eleição de Malan Bacai Sanhá (PAIGC) como sucessor do Presidente assassinado. A foto abaixo registra uma das mesas de votação e alguns dos eleitores da Guiné-Bissau que foram às urnas em 2009, num pleito apontado por observadores internacionais como de baixa participação nas urnas.[10]

Ilustração 2 - Registro das Eleições de 2009

Fonte: Foto de REUTERS/Joe Penney, 2009.

Ainda sobre essas eleições, para o correspondente da Reuters, Alberto Dabo, é uma façanha um país realizar uma consulta às urnas num prazo tão exíguo - menos de quatro meses depois do assassinato do Presidente da República. Mesmo assim, enfatiza que o presidente eleito terá difíceis desafios pela frente, entre eles, o de reformar forças armadas

[10] Disponível em: www.publico.clix.pt/Mundo/urnas-encerraram-na-guinebissau_1389131. Acesso em: 26 de junho de 2009. Segundo consta neste site: "A missão de observadores da União Européia disse que a participação [no pleito presidencial de 2009] foi inferior aos 82 por cento registrados nas eleições legislativas de 2008 [...], sem precisar um número".

divididas. Já o candidato independente Henrique Pereira Rosa, que presidiu o país interinamente entre 2003 e 2005, defendeu que o desafio que deve resultar desta eleição é o de propiciar que a Guiné-Bissau "saia de uma crise profunda, de uma crise institucional, da sociedade e dos seus valores".[11]

Uma das nuances desse processo diz respeito à participação do eleitorado nas urnas. Tendo como referência as primeiras eleições presidenciais (1994), as realizadas durante a guerra civil (1999) e as que permitiram a eleição de um candidato para substituir um presidente interino (2005), verifica-se uma espécie de decréscimo da participação nas urnas quando se comparam os três pleitos mencionados. A Tabela 2 apresenta esses resultados considerando o 1º turno das votações para presidente. Pela leitura dos dados, verifica-se uma proporção maior de votantes em 1994 (89,3%), um decréscimo nesse valor de mais de 15 pontos em 1999 (73,81%) e um acréscimo em 2005 (87,6%), porém numa proporção um pouco menor do que a verificada em 1994.

Tabela 3 - Participação Eleitoral

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	***1994***	***1999***	***2005***
Eleitores inscritos	400.417	502.678	538.472
Votantes no 1º turno	357.682	371.025	471.843
Taxa de participação	89,3 %	73,8%	87,6 %

Fonte: Sangreman et al. (2005, p. 5), a partir dos resultados eleitorais da Comissão Nacional de Eleições - República da Guiné-Bissau.

Ainda sobre a eleição presidencial de 2005, cabe notar que esta ocorreu em período marcado por uma guerra civil e um grave confronto militar (1998-99) que, em 2003, promoveu a destituição do presidente eleito em 1999 (Koumba Yalá), sinalizando, ademais, para "o fim do chamado período de transição negociado entre militares e partidos políticos (2003-2005)" (MOE EU, 2005, p.8).

Consoante às eleições de 2009, mostra-se oportuno concluir este ponto com trechos do relatório preliminar da Missão de Observação Eleitoral da União Européia (MOE UE)

[11] Idem.

presente na Guiné-Bissau desde o dia 6 de Junho de 2009, convidada da Comissão Nacional das Eleições (CNE) e do Governo do país para acompanhar o pleito referido[12].

> Os observadores [da Missão] foram distribuídos pelas nove regiões do país para avaliar o processo eleitoral, de acordo com os princípios internacionais de eleições democráticas. No dia das eleições, os observadores visitaram 83 mesas de assembleia de voto e 18 dos 27 círculos eleitorais para observar a votação e a contagem de votos (MOE EU, 2009, p.1).

No mesmo relatório encontram-se grifadas as contradições observadas no processo eleitoral, que combinam práticas ordeiras com violações dos direitos humanos, quando é descrito que as eleições na Guiné-Bissau transcorreram "bem organizadas, pacíficas e ordeiras com fraca participação dos eleitores após um processo eleitoral marcado por violações dos direitos humanos e clima de medo e intimidação" (Idem).

O breve recorrido histórico apresentado aqui e cujo marco inicial é o contexto de descolonização do país, oferece alguns elementos para identificar as especificidades do processo de transição política na Guiné-Bissaú. Assim, atende a um dos questionamentos iniciais deste trabalho voltado ao exame das nuances do referido processo. Ao mesmo tempo, atenta para a segunda questão proposta ao evidenciar o peso das forças militares e a dificuldade da construção de um diálogo nacional entre civis e militares, tema este aprofundado a seguir.

1.1 A relação entre forças civis e militares

Na Guiné-Bissau, a autonomia dos militares com relação ao poder civil eleito é presente em todas as instâncias de governo, sendo neutralizada qualquer possibilidade de controle civil sobre eles. De 1994 a 2003 o país vivenciou quatro levantamentos militares, dois deles golpes de estados (1998-2003), num espaço de quinze anos sob um regime supostamente democrático. Ao que se pode acrescer a destituição e assassinato do presidente eleito em 2005, que levou a antecipação das eleições de 2010, como antes referido.

---

[12] A MOE EU, composta por 21 observadores de 14 Estados membros da União Européia, é independente nas suas observações e conclusões, e adere à Declaração de Princípios de Observação Eleitoral Internacional, assinada nas Nações Unidas, Nova York, em Outubro de 2005. A MOE UE se faz presente para observar a apuração de resultados, permanecendo no país para acompanhar atividades pós-eleitorais e observar o segundo turno, caso este seja realizado. Dois meses depois da conclusão do processo eleitoral a Missão produz um relatório final contendo uma avaliação e recomendações gerais.

Ademais não raro a escolha do governo civil se dá mediante consentimento de chefes militares. Isso inclui o caso do vice-presidente do ex-partido único PAIGC, Aristides Gomes, foi rejeitado pelo militares ao cargo de ministro dos negócios estrangeiros da Guiné-Bissau, após as eleições gerais de 2003, que reconduziram o PAIGC ao poder. O anterior ministro dos negócios estrangeiros, Hugo Monteiro, foi conduzido a essa função com respaldo do General Veríssimo Correia Seabra. Francisco Jose Fadul (atual presidente do PUSD) que assumiu o governo de transição em 1999, após o levante militar do ano anterior, foi apoiado pelo General Assumane Mané. Henrique Rosa, que dirigiu o país (2003) contou com o apoio da Igreja Católica, mas também de chefias militares (TEIXEIRA, 2006).

Essas ocorrências denotam a fragilidade das forças civis na definição dos rumos do país. Além disso, como argumenta Lopes (1982), revela o descompasso existente no pensamento de civis e militares sobre o que significa democracia. Nesse sentido, muitos estatutos que orientam as organizações militares tendem a atribuir a este termo o significado de desordem e o utilizam em benefício próprio, inclusive como justificativa para destituir governos civis. Diante disso, uma das questões posta pela literatura que estuda a realidade política da Guiné-Bissau é a de buscar entender de que forma um governo eleito democraticamente pode impor controle sobre os militares? Dentre as respostas buscadas a essa questão está a idéia da criação de mecanismos constitucionais rigorosos para punir autores de golpes de estado, de modo a inibir atos reincidentes. Outra possibilidade condiz com a criação de centros de treinamento para capacitação profissional e formação em direitos humanos.

Tais respostas encontram correspondência nas avaliações de Przeworski (1989) quando defende o controle civil e o define como a capacidade da sociedade e dos políticos de controlarem, democraticamente e com ajuste de contas, os comportamentos dos militares, ou seja, uma situação na qual os militares passam a obedecer regularmente os imperativos democráticos das regras do jogo. Sem isso, diz o autor, torna-se impossível estabelecer uma transição para a democracia dado que esta só se completa quando há controle civil sobre o regime estatal. Assim, a questão central das transições para este autor é saber se elas conduzem a uma democracia consolidada. Isso remete a reflexão deste trabalho ao exame da forma como a questão da transição política é abordada pela literatura.

1.2 Transição política na literatura nacional e internacional

O debate internacional sobre transição democrática se orienta pela idéia da expansão de valores democráticos pelo mundo, encabeçado, sobretudo, pelos Estados Unidos no contexto iniciado na década de 1970. Esta década, denominada por Huntington (1994) de democracia da terceira onda, inclui o exame das experiências de transição de vários países do sul da Europa, da América Latina e da África. Países com longa tradição de regimes autoritários que vivenciam processos de transição democrática, embora sem gerar democracias consolidadas nos moldes definidos por Przeworski (1989, p.21). Pela leitura deste autor, Teixeira (2006, p.10), fornece uma equação pela qual dimensiona que a possibilidade de interrupção de um processo de transição democrática se intensifica na medida em que diminui a incidência das forças civis sobre as militares. Caso o governo civil tente impor seu controle essa probabilidade é de mais ou menos 20%, quando tal controle não se impõe, a chance de golpe chega perto dos 60%. Se os militares mantêm sua autonomia no sistema político, a possibilidade de êxito de um golpe militar fica em torno dos 85%. Ressalvado pelo autor que esses percentuais não são exatos e universais, podendo variar conforme o momento político de cada país. Independentemente disso, a literatura internacional tende a enfocar países da América Latina e da África como casos típicos de insucesso democrático.

A causa desse insucesso é apontada na bibliografia como fruto da existência de partidos políticos pouco institucionalizados e sem princípios ideológicos. O que é somado à supremacia do executivo sobre o judiciário, à predominância de corrupção, clientelismo e nepotismo, assim como à falta de controle civil sobre os militares, à ausência de uma sociedade civil autônoma que represente o coletivo no lugar de interesses pessoais ou familiares e à pobreza generalizada. Isso associado a clivagens econômicas, de classes ou à polarização étnica e regional acaba interferindo nos processos políticos. Em muitos países da África e no caso da Guiné-Bissau, muitos dos resultados e das vitórias de partidos e candidatos refletem certa homogeneização de votos, estes oriundos, em sua maioria, de determinadas regiões e dos seus grupos étnicos.

Tal situação é exemplificada no Relatório de Observação Internacional da União Européia (MOE EU, 2005, p 11), pelo registro de que o voto *étnico* beneficiou os três candidatos com maior votação nas eleições presidenciais de 2005. No caso de Koumba Yalá

(3º colocado), a sua votação pode ser identificada com a distribuição espacial da etnia Balanta. Malam Bacai Sanhá (2º colocado), não raro identificado como candidato muçulmano, não se beneficiou de votos oriundos dessa etnia. No entanto, rivalidades históricas entre dois dos maiores grupos étnicos de orientação islâmica - Mandingas e Fulas – levaram os Fulas a não apoiar o candidato do PAIGC (Sanhá). Voto este, provavelmente canalizado para o concorrente eleito, "Nino" Vieira.

As sucessivas eleições na Guiné-Bissau confirmaram essa correlação. Os dados eleitorais de 1994 a 2009 mostram que os candidatos utilizam-se da pertença étnica e regional como forma de manter a supremacia no processo eleitoral ou até mesmo ganhar eleições. Em troca, prometem que quando eleitos irão criar incentivos e privilégios para os seus grupos e regiões como forma de garantir a eleição. Na prática, porém, isso normalmente não ocorre, haja vista a pobreza no interior do país, onde o povo vive na miséria, sem acesso a hospitais, e escolas ou a estruturas jurídicas, ou seja, sem condições mínimas de sobrevivência, compreendendo uma realidade comum a várias regiões do país.[13]

Diversas das questões apontadas pela literatura internacional como causa do insucesso da democracia em países da África são encontradas em obras de autoria nacional. Nesse âmbito, muitos estudos nacionais trazem contribuições instigantes para o entendimento da realidade política africana. Isso significa dizer que há preocupação de parte de autores locais em desenvolver análises que englobem as dimensões da história social, política, cultural e econômica de seus países (LOPES, 1982; MENDY, 1993; SANTOS, 1994; RUDEBECK, 1997; TEIXEIRA, 2008).

Outros estudos nacionais sobre a transição democrática na Guiné-Bissau trazem aportes um tanto quanto instigantes acerca do tema embora nem sempre ultrapassem a esfera formal ou legal da política (CABRAL, 1975 e 1988; AUGEL, 1996; CARDOSO, 1996; KOUDAWO, 1996 e 2001; TEIXEIRA, 2005 e 2006). Nesse plano, abordagens relativas à fundação do PAIGC (1956), às sucessivas eleições no país e aos conflitos entre combatentes da liberdade de Cabo-Verde e de Guiné-Bissau pela divisão de cargos no aparelho do estado são recorrentes entre literatos do país.

[13] Dados do PNUD relativos à 2004 revelam no seu relatório sobre o *índice de desenvolvimento humano* uma Guiné-Bissau classificada na 172ª posição num total de 177 países (MOE EU, 2005).

Os antagonismos entre guineenses e cabo-verdianos para unificar seus países sob comando do PAIGC, são identificados pela literatura pertinente em razão da dificuldade do partido de trocar a concepção revolucionária pela visão administrativa e burocrática (WEBER, 1968) e como resultado de contradições sociais geradas por reformas neo-liberais ou ajustes fiscais - todos eles vistos como elementos que prejudicam o advento da democracia no país (KOUDAWO, 1996; TEIXEIRA, 2006). Tal visão se contrapõe à de alguns estudiosos para os quais os fracassos da liberalização econômica em África levaram os regimes autoritários a entrarem no caminho da democracia. Em estudo comparativo sobre o processo de transição em Cabo-Verde e Guiné-Bissau, Koudawo afirma que, embora o insucesso de liberalização econômica de alguma forma contribua para a democracia, as condições para esta se efetivar se aliam mais a fatores ideológicos e as suas conseqüências sociais. Já na perspectiva defendida por Cardoso, também citado por Teixeira, a dimensão interna da transição, associada à luta pelo poder, envolvendo reformistas, liberais e grupos ligados a programa de ajustes estruturais e macroeconômicos no interior do PAIGC, facilitaram a liberalização política na Guiné-Bissau.

Na mesma direção, a defesa da macroeconômica e da erosão da base institucional do partido-Estado (PAIGC), causada pelo monopólio do espaço político, comum em regimes autoritários, são acionadas como elementos a favorecer a emergência da democracia na Guiné-Bissau. As variáveis defendidas por autores como Mendy (1996) e Cardoso (1996) e, apesar de algumas diferenças, por Koudawo (2001) e Teixeira (2006), partem do fator exógeno, referenciando a expansão de valores democráticos pelo mundo, para explicar o caso da Guiné-Bissau. Apesar da riqueza desses argumentos ao debate sobre o tema, eles não articulam ao mesmo tempo e de forma precisa as dimensões interna e externa do processo de democratização da Guiné-Bissau. Nesse sentido, é inegável o esforço de Koudawo (2001) quando examina as lógicas de natureza civil e militar que permeiam a historia política guineense da independência à abertura política. Apesar disso, como esclarece Teixeira (2006) a analise de Koudawo recai, fundamentalmente, na luta pela libertação nacional, na herança administrativa militar Portuguesa e em suas influências no processo de transição política no país.

Cardoso (1996), por sua vez, esclarece que apesar do fascínio exercido pela situação política da Guiné-Bissau nos últimos dez anos, essa realidade tem gerado análises superficiais e controvertidas. Referindo-se a elas o autor demarca pelo menos duas tendências, quais

sejam: os enfoques nas transformações políticas do país, como reflexo de condicionantes econômicos impostos por agências de fomento internacional; as perspectivas normativas e formalistas, que buscam a configuração de tipologias para contrapor ordens autoritárias a ordens democráticas ou para definir as últimas como democracias tuteladas.

Diante destas controvérsias não custa lembrar, como faz Teixeira (2006), de que antes de qualquer avaliação sobre o caso guineense torna-se necessário especificar o que se entende por transição política. A transição política, diz ele, significa a passagem de um regime autoritário para o democrático, mas essa passagem não é linear, sendo acompanhada de retrocessos em muitas democracias. Trata-se, portanto, de um caminho de mão dupla haja vista que vários regimes chegam a instituir a democracia, mas voltam ao autoritarismo. Isso quer dizer que a simples alternância de regime não gera, necessariamente, democracia. Ironicamente, um dos autores conhecido e seguido por líderes militares, Samuel Huntington (1994), é categórico nesse ponto quando explicita que uma transição só chega ao seu final no momento em que a sociedade civil e os políticos tiverem êxito em controlar os militares. Para ele a principal essência de qualquer controle civil democrático é a minimização do poder militar, o que não significa a exclusão física dos oficiais, mas a participação de todos na esfera política (TEIXEIRA, 2006). Esse é o pano de fundo para introduzir o tema do próximo capítulo do trabalho que aborda o período autoritário sob comando do PAIGC na Guiné-Bissau.

Capítulo Segundo

2. Autoritarismo sob o comando do PAIGC

A literatura da Ciência Política tende a definir partidos estruturados nos moldes do PAIGC como estruturas totalitárias que não buscam unidades em suas bases. Nessa linha de avaliação, encontram-se autores como Maurice Duverger, responsável pela realização de uma das primeiras análises sobre o partido único como instituição política. Em estudo datado de 1936, o autor define esse arranjo partidário como totalitário. Em se examinando a trajetória do PAIGC no contexto de transição política da Guiné-Bissau, como o faz Teixeira (2006 e 2008), este partido pode ser claramente associado a seus congêneres totalitários. A trajetória do partido logo após a independência oficialmente reconhecida por Portugal e pela comunidade internacional em 1974, revela a sua capacidade de controlar a vida social, política e econômica do país. Posição garantida no artigo 4º da Constituição da República de 1973, que o consagrava como força política única. Já em seu programa partidário, o PAIGC se dispunha, entre outras atribuições, a criar uma nova classe política e a formar políticos, na sua maioria os antigos combatentes do partido, para ocupar postos de confiança no governo. Por meio do controle social e político ou pela perseguição e vigilância, acompanhada da repressão e tortura de adversários, o PAIGC procurava consenso tanto dentro como fora da arena política. O discurso de unidade nacional (MENDY, 1991) foi uma das formas encontradas pelo partido para impor sua ideologia a partir do terror (assassinatos) e da propaganda política, como atestam Mendy (1991), corroborado por Teixeira (2005).

Na estrutura do partido, comitês de aldeia e de tabanca lhe serviam de instrumento político, visando a luta e a institucionalização da democracia revolucionária, principalmente na zona rural do país onde o PAIGC detinha maior influência sobre as massas. Não custa lembrar, como o faz Teixeira (2005) o apoio dado pelos camponeses ao PAIGC por ocasião da luta pela independência contra Portugal. Este fato explica, em parte, o fato de a população urbana de Bissau, de alguma maneira ficar na dependência da administração colonial, o que dificultava ali a penetração do PAIGC. Outro elemento para entender as estratégias do PAIGC são as instituições sociais que durante o regime de partido único serviram de mecanismo de controle social e político da população, dentre elas, a União Democrática da Mulher (UDEMU), a organização dos jovens seguidores da ideologia de Amílcar Lopes Cabral, a

Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e o sindicato dos trabalhadores da Guiné-Bissau (UNTG), fundados durante e após a luta armada.

Se essas organizações colaboraram no processo da luta de libertação nacional e até mesmo no momento de liberalização política do país, também é verdade que durante a transição política essas organizações apoiaram a manutenção do PAIGC no poder durante 18 anos. A respeito disso, é emblemático o depoimento de Francisca Pereira, em discurso proferido no terceiro Congresso da UDEMU (1996), dois anos após a realização das primeiras eleições no país.

> O PAIGC dar-vos - à UDEMU um apoio incondicional e tudo farão para a emancipação da mulher Guineense. O destino da mulher não é só no lar, mas também na sociedade e em todos os sectores de atividades que de uma maneira, engrandecem a nossa pátria (Nô-pintcha, 1996, apud TEIXEIRA, 2006).

A emancipação a que Francisca Pereira se referia no discurso não era efetivamente a das mulheres, mas a do PAIGC de forma a questionar a atuação deste ao impedir o controle social da população. E mais, até hoje a presença feminina no PAIGC dentro do estado guineense é tímida e incompatível com o papel que elas tiveram na luta de libertação contra o domínio de Portugal e com as suas contribuições ao processo de institucionalização da democracia no país. Sendo assim, a questão das mulheres reflete outra das nuances do processo de transição política guineense.

Quanto à situação política das mulheres na Guiné-Bissau, vale aqui referir o conteúdo do Relatório do Observatório da União Européia sobre o tema. Como pode ser lido nesse documento, no país não existem impedimentos legais à participação de mulheres no processo eleitoral. Mesmo assim, encontra-se escrito que apesar delas representarem uma quantia um pouco maior da metade do eleitorado (53,3%), verifica-se no país um histórico de subrepresentação política feminina. Fato evidente quando se verifica que as mulheres ocupam menos de 5% dos assentos da Assembléia Nacional Popular. Outro fato destacado no Relatório é o da modéstia da participação das mulheres no processo eleitoral. Tanto assim que em 2005 uma mulher apenas aparece como candidata à eleição presidencial. Trata-se de Antonieta Rosa Gomes, por sinal esta é a mesma candidata única, cujo nome aparece repetidamente a cada processo eleitoral, ou seja, desde 1999 Rosa Gomes figurava como a única mulher entre candidatos homens. Situação bem diferente a de outros países africanos,

como Angola e Moçambique, por exemplo, que apresentam uma das maiores taxas mundiais de participação das mulheres na política (MOE EU, 2005, p.31-32).

No mesmo relatório, encontra-se o registro de que em termo globais a participação feminina na campanha eleitoral de 2005 mostrou-se fraca, não diferindo de pleitos anteriores. Consta também no referido documento que temas de interesse particular das mulheres como, por exemplo, "as condições de vida das crianças, o acesso à educação, a igualdade de gênero, o combate à malária e a subnutrição praticamente não foram abordados na campanha de maneira significativa" (Idem). Esse argumento é contraposto ao de que tal esquecimento não procede diante da expressiva atuação das mulheres na sociedade guineenses. Por fim, o documento faz menção à participação das mulheres na apresentação de documentos aos presidenciáveis e na organização de marchas e comunicações radiofônicas de apelo para que o processo eleitoral transcorra com paz e ordem, à "proporção satisfatória" de mulheres presentes em assembléias de voto e entre os delegados dos candidatos.

Transpondo essa realidade para o cenário eleitoral de 2009, cumpre referir que nesse pleito se tem também apenas o registro de uma candidata, entre uma dezena de concorrentes à presidência. O que se verifica, independentemente da presença expressiva das mulheres em reuniões e comícios políticos e do contingente destas na população eleitoral. Ao lado disso, fica o registro da baixa representação feminina no conjunto de postos executivos, seja na comissão nacional, seja nas comissões regionais de eleições. Situação repetida na plenária da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), constituída por um secretariado permanente integrado apenas por homens. Além do mais, figura uma única mulher entre representantes dos delegados e de outros membros não permanentes (MOE EU, 2009, p.2). A candidata à presidenta, Francisca "Zinha" Vaz Turpin, exerceu mandato legislativo pela ANP (1994-1998) para a Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá (RGBMB) e ocupou o cargo de presidente da Câmara Municipal de Bissau. No governo de Kumba Yalá (2000-2003) foi conselheira política, com status de ministra, e fundou a União Patriótica Guineense (UPG). Outra característica do pleito de 2009 é a inexistência de registros de qualquer atividade de grupos da sociedade civil, embora durante as últimas eleições legislativas esses grupos tenham sido ativos em defesa de quotas para mulheres na ANP e do aumento da participação das mulheres na vida política do país (Idem, p.9). Consoante à participação feminina na política o documento conclui que:

> As mulheres constituem cerca de 53 por cento do eleitorado recenseado; a taxa de analfabetismo da mulher adulta está acima de 70 por cento. Com menos acesso à educação e vivendo mais na pobreza do que os homens, as mulheres estão, sem dúvida, em desvantagem política quando se trata de serem incluídas nas listas partidárias e nas estruturas de tomada de decisão política (MOE EU, 2009, p.9).

Em suma, apesar da importância das organizações de mulheres e de diferentes instituições da sociedade no embate contra a autonomia do PAIGC no processo político, durante o processo de democratização do espaço púbico na Guiné-Bissau, o peso histórico dessa formação partidária é, em alguns casos, mais forte e se sobrepõe aos interesses dos seus membros e da sociedade como um todo. Tal sobreposição revela a associação do partido na concretização de golpes de estado ou de tentativas deles.

2.1 Golpes de estado no regime autoritário e durante a transição

> O golpe de estado não é um fenômeno político recente, tampouco ocorre por gratuita sede de poder dos políticos de variadas raízes ideológicas. Antes de os generais latinos o banalizarem, a história da maior parte dos países reconheceu não formas clássicas, mas também inovadas de golpe. Seja sob o poderio da Roma republicana ou da imperial, seja nas repúblicas Africanas ou Latinas, a presença do golpe foi e é ostensiva, sempre como consequências de lutas entre grupos políticos geralmente incrustados nos governos (FERREIRA & NUMERIANO, 1993, p. 16).

A Guiné-Bissau, nação herdeira de tradição autoritária e de um passado de opressão política, fez emergir, na disputa por sua independência, o anseio e a luta de concidadãos pela democratização do país. Tal enfrentamento, contudo, não impede o desencadeamento de três golpes de estado e de várias outras tentativas de intervenção golpista. Passados seis anos da independência ocorre o primeiro desses golpes com a deposição do presidente Luis Cabral (1980) pelo Movimento Reajustador, liderado por João Bernardo “Nino” Vieira. O êxito desse golpe, segundo Mendy (1996, p. 31), resultou da existência de um procedimento chamado de “política da unanimidade” que beneficiava dirigentes do PAIGC no comando do Estado. Para o que contribuíram a falta de mecanismos para enfrentar conflitos internos e de um partido político institucionalizado. E isso associado à insatisfação com o aparente desvio da linha de pensamento professada por Amílcar Cabral, que era a de seguir uma orientação

socialista a fim de priorizar a modernização da agricultura no país, como afiançam autores como Mendy (1996) e Teixeira (2006). Tal insatisfação se materializou no discurso dos novos governantes que se anunciaram herdeiros de Cabral durante o primeiro congresso extraordinário do PAIGC, realizado em Bissau de 8 a 14 de novembro de 1983, no intuito de edificar uma política nacional independente, "sem exploração do homem pelo homem" (MENDY, 1996, p. 38).

A falta de aplicação prática do discurso do PAIGC, o não cumprimento da promessa de afrouxamento da repressão política (detenções e prisões arbitrarias, abuso de poder) e de evitar a violação aos Direitos Humanos[14], se fez presente tanto no governo de Luis Cabral (irmão de Amílcar Cabral) quanto no período seguinte a ele. Nesse sentido, como expressa Augel (2007, p. 64), preponderaram "a força bruta do serviço secreto, a prisão, a eliminação de adversários e a repressão à resistência". Algumas das tensões políticas oriundas da fase inicial do segundo governo do PAIGC encontram-se sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Tensões Políticas na Guiné-Bissau (1980-1987)

1. Novembro de 1980 – o General João Bernardo Vieira (Nino) lidera golpe de estado que demarca o fim da era Luis Cabral (primeiro presidente eleito).
2. Março de 1984 - Vitor Saúde Maria, então primeiro-ministro, é acusado de preparar um golpe de estado.
3. Outubro de 1985 – Paulo Correia, primeiro Vice-Presidente e Ministro da Justiça, e Viriato Pã, ex-Procurador Geral da Republica, são executados com outros membros do PAIGC sob acusação de tentativa de golpe.
4. Março de 1987 - Rumores de possível quartelada levaram à suspensão do Vice-Presidente e Ministro das Forças Armadas Iafai Câmara que, após uma semana de prisão domiciliar é autorizado a reassumir as suas funções**.**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos por Cordeiro (2008).

Com o ato golpista de 1980, o PAIGC sobrepunha interesses privados aos nacionais e sustava a utopia de Amílcar Cabral, ideólogo e estrategista político conhecido como principal líder do movimento de luta pela independência de Cabo Verde e Guiné Bissau, de unificar os dois países (LOPES, 2005). O fim da ditadura do PAIGC, em 1990, dá inicio ao processo da

[14] Um dos casos de torturas e assassinatos que mais mexeu com a comunidade internacional e nacional foi a execução brutal de umas das figuras importantes do PAIGC nessa década de 1980, entre os quais, o então Primeiro Ministro Paulo Correia e o presidente do supremo Tribunal de justiça, Viriato Pã, ambos acusados de uma tentativa de Golpe de Estado.

liberalização política com a emergência de novas lideranças civis (1991) e de 15 partidos políticos (TEIXEIRA, 2006).

Com três anos no poder (1994-1998), o presidente Vieira (Nino) é deposto por um golpe de estado liderado pelo General Assumane Mané. Este último, ex-combatente do PAIGC e Chefe do Estado-Maior de Vieira na luta contra ocupação portuguesa na fronteira do Senegal exigiu a renuncia de Vieira, que pediu exílio político a Portugal. Vieira foi deposto por militares de etnia Balanta que representavam na época 24% da população. Os Balantas foram os principais colaboradores de Amílcar Cabral na luta contra Portugal, porém excluídos do governo de Vieira, lutaram para derrubá-lo. Todavia, a política de golpes de estado na Guiné-Bissau não para por aí. Por diversas vezes tentativas de golpe e disputas étnicas dividiram o país e as Forças Armadas nacionais na luta pelo poder. Tentativas de práticas golpistas foram uma constante durante o governo civil de Yalá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), eleito em 1999, e culminaram com a deposição deste em 2003. Os embates sociais, políticos e militares desse período resultaram na polarização entre grupos étnicos em luta pelo poder. De um lado, situavam-se seguidores do General Mané, oriundos da etnia Mandinga e da etnia Biafada (religião muçulmana) e, de outro, homens de confiança do novo presidente eleito, Kumba Yalá. Estes, em sua maioria, soldados da etnia Balanta que temiam ser marginalizados e excluídos na distribuição de cargos no governo, como aconteceu nos sucessivos governos de Vieira. Dos primeiros, alguns foram detidos e o presidente Yalá denunciou a existência de oficiais Mandingas e Biafada descontentes sob comando de Braima Turé e Idrissa Djaló. Nas palavras do próprio presidente Yalá, numa das conversas habituais com os peregrinos a Meca:

> Os Balantas mataram o General Mané por que querem acabar com a religião muçulmana... Para que a Guiné-Bissau se torne um país desenvolvido é necessário um muçulmano de origem Mandinga ou Biafada, na Chefia da direção do estado. (*Jornal Nô-pintcha*, 2001, apud TEIXEIRA, 2006, p.4).

A citação deixa evidente que a origem de disputas e tensões que resultam em torturas e mortes na maioria das vezes tem origem étnica. Hipótese confirmada por Alan Câmara, um dos homens do General Mané, em entrevista ao jornal Nô Pintcha (2003, p.2):

> [...] a verdadeira razão da minha prisão é étnica... Segunda vez que sai da prisão, em 10 de junho de 2000, na vizinhança havia duas casas Balantas e pude ver sempre um grupo de jovens que fingiam jogar cartas. Um rapaz que também jogava carta disse-me uma vez que era segurança do estado.

As disputas étnicas na Guiné-Bissau além de demonstram uma dimensão simbólica, de certa forma, expressam a hegemonia de um grupo étnico sobre outro. Os dois ramos de arroz colocados nas patentes militares demonstram o poder do PRS nas forças armadas por meio do símbolo dos Balantas, maiores produtores do grão no país. Esse fenômeno é chamado por alguns analistas de balantização do poder pelo uso da unidade étnica em detrimento da unidade nacional, como observa Fernando Cá (2004). Mas é sabido que não foram apenas os lideres Balantas do PRS a tentar tirar proveitos eleitorais na transição democrática. A União Eleitoral, formada por lideres de etnia Mandinga e Fula, além de outros setores da sociedade, também procuraram, sem sucesso, a supremacia eleitoral apelando ao voto étnico nas suas regiões. Desprovidos de ideologias, de um projeto de nação para o país, muitos partidários refugiaram-se no discurso étnico. Destarte, a falta de pluralismo democrático pode ser apontada como mais um elemento a dificultar a articulação de uma unidade étnica e, em decorrência, a construção de uma cidadania ativa.

Ao lado disso, a presença de correntes antagônicas e as constantes lutas por poder, dentre elas a que resultou no assassinato do General Veríssimo Correia Seabra, por militares recém chegados de uma missão de paz na Libéria, em 2004, pode ser entendida como uma espécie de ajuste de contas entre Balantas e Papeis, depois da deposição de Yalá (KANSARÉ 2003). Episódio que culmina com a ascensão de um dos protagonistas do golpe, General Batista Tagmé Na Waié, ao comando das Forças armadas, tendo como adjunto o Capitão de fragata da Marinha Nacional Bubo Natchut, ambos de etnia Balanta.

A eleição de João Bernardo “Nino” Vieira, em 2005, que volta a ocupar o cargo de presidente após longo período de exilo político em Portugal, dá margem a nova tentativa de golpe de estado, programada para a data comemorativa de reconciliação das Forças Armadas. No mesmo contexto, o assassinato do Comodoro Lamine Sanha, da etnia Mandinga e homem de confiança do General Mané gera confrontos entre a sociedade civil e a Policia da Ordem Pública. Confrontos que culminam com a execução de Nino, em março de 2009. O quadro 2 sintetiza golpes de estado e os conflitos políticos na Guiné-Bissau de 1973 até 2009.

Quadro 2 - Conflitos Políticos na Guiné-Bissau, 1973-2009

Ordem	Ano	Acontecimento
1	1973	Luta contra o domínio português e Independência de Portugal
2	1980	Golpe de estado depõe Luiz Cabral
3	1994	Primeiras eleições livres
4	1998	Golpe de estado depõe Nino Vieira
5	1999	Eleição de Koumba Yalá, líder do PRS
6	2003	Golpe de estado depõe Yalá
7	2005	Retorno de Nino Vieira ao poder após exilo em Portugal
8	2009	Assassinato do Presidente Nino
9	2009	Eleição de Malan Bacai Sanha

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos por Teixeira (2005) e consultas à Internet para períodos mais próximos.

Os enclaves autoritários e a política de golpes de estado prevalecem na democracia guineense. O atual governo e a comunidade internacional ainda sentem a dificuldade de submeter o poder militar ao controle civil democrático. As Forças Armadas rogam para si, em detrimento dos civis, o direito de administrar o Estado, porque este foi constituído por eles durante a luta contra o domínio de Portugal. Por conta disso, os militares justificam a manutenção de suas prerrogativas nos sucessivos governos civis.

Os militares controlam as principais instituições civis do país. Na Guiné-Bissau não se encontram linhas a delimitar as atividades de competência civil e as de alçada militar. A inteligência do estado compete aos militares, existindo um controle quase total por parte destes sobre distintas organizações policiais e os cidadãos, de um modo geral, são julgados nos quartéis militares. Entretanto, não há possibilidade do julgamento de militares criminosos em tribunais civis, sendo as forças Armadas as principais responsáveis pela segurança do Presidente da República e do Primeiro Ministro. Também se verifica a presença militar nas atividades econômicas e financeiras do país. Como acontece no comitê da tesouraria, com consentimento do Ministro das Finanças, Issuf Sanhá, a política salarial dos militares é superior a dos civis. Os militares também podem vender imóveis do estado sem prestar contas ao Tesouro (TEIXEIRA, 2006).

Ao lado disso, os sucessivos governantes civis não foram capazes de impor, democraticamente, o controle civil sobre os militares. Na maioria dos casos, os militares assumem cargos chaves nos governos civis e, em alguns deles, os governantes civis são escolhidos pelos militares. A participação militar na política guineense é percebida em

todas as instituições do estado, conforme transparece em um conflito onde, após o General das Forças Armadas Tagmé Na Waié e os deputados serem acusados de apoiarem os rebeldes de Cassamança, os últimos perderam a imunidade parlamentar e foram julgados por instâncias militares. Tais fatos, além de expressarem nuances da política guineense, podem ser apontados como fatores a contribuir para o insucesso da transição política na Guiné-Bissau. Insucesso que também pode ser atribuído ao advento de um tipo de ideologia de libertação nacional que, em grande medida, se incrustou na cultura política do país a partir de uma lógica autoritária, criando condições para a efetivação do domínio dos militares sobre as instituições políticas, como advoga Teixeira (2006).

A participação militar na política do país é em grande parte facilitada pela anuência dos civis que primam politicamente das ações militares para se promover ou chegar ao poder. A falta de autonomia das forças políticas civis e, em decorrência, não havendo a possibilidade do controle civil sobre os militares resulta em uma lógica simples, afiança Teixeira (2008, p.3):

> [...] os militares podem fazer tudo que eles acham convenientes aos seus interesses e manutenção de status quo desde que não derrubem o governo civil. E o governo civil, por seu lado, pode governar desde que não procure estabelecer o controle civil democrático sobre militares.

Portanto, embora autores que se debruçaram sobre a realidade da Guiné Bissau encontrem semelhanças com os contextos de países como Espanha, Portugal, Grécia e Brasil, ou entre outros da América Latina, no que tange à relação civil-militar e as transições de regimes autoritários, existem certas conformidades operacionais e teóricas próprias a cada deles. Uma das explicações para isso pode ser encontrada em nuances que circunscrevem os modos de agir dos militares.

Nesse contexto, a realização de eleições e a escolha de novos presidentes e governos não elimina o peso da lógica autoritária. Em nome da governabilidade e da paz, sucessivos presidentes, mesmos que interinos, não conseguiram consolidar a democracia na Guiné-Bissau. Professando objetivos e interesses divergentes, civis e militares expõem a transição política a ameaças constantes. Sendo assim, a profissionalização das Forças Armadas, a sua capacitação e sensibilização sobre o Estado de Direito, somadas à existência de uma sociedade autônoma e consciente de seus direitos civis e políticos, avessa a tentativas de golpes, talvez não consiga evitá-los, mas quem sabe possa ser mais um fator a inibir futuras investidas antidemocráticas.

Capítulo Terceiro

3. Instabilidade política e democratização no contexto africano

A África, como observa Teixeira (2006) costuma ser identificada como um continente marcado por conflitos institucionais combinados com históricas questões étnicas. As primeiras tratativas de resolução de assuntos fronteiriços, coloniais e étnicos iniciaram-se entre 1884 e 1885, quando foi realizada, em Berlim, uma conferência cujo escopo principal era resolver diferenças entre países europeus colonizadores (sendo os principais Grã-Bretanha, França, Portugal e Alemanha). Mesmo assim, o continente Africano ainda estava longe de resolver seus problemas básicos, ou seja, o de se tornar independente.

Com a independência, problemas e conflitos institucionais continuaram a existir nos países africanos, realçados no processo de transição política iniciado em meados da década de 1970. Nesse sentido, como explica Santos (1996), o insucesso da transição política na Guiné-Bissau reflete o não preenchimento das condições necessárias para a sua institucionalização, impactada pela falta de autonomia dos poderes institucionais que formam o Estado: executivo, legislativo e judiciário. Fato emblemático durante a gestão do presidente João Bernardo "Nino" Vieira dada a intervenção do seu governo nos tribunais, bloqueando a autonomia do poder judiciário (idem). Após o desencadeamento de vários golpes de estado, a experiência denota a fraqueza das instituições que poderiam mediar os conflitos durante a transição política na Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau da transição é alvo de grandes embates políticos devido ao baixo grau de institucionalização e da intimidação por parte do governo do PAIGC. Portanto, o país estaria correndo o risco de enfrentar um suposto golpe de estado, após a realização das primeiras eleições gerais, em 1994. Fato que se confirmou com os golpes de 1998 e 2003. As razões antes mencionadas nos levam a afirmar que a transição política na Guiné-Bissau não se concretizou, pois o país não experimentou uma verdadeira transição de regime, ou seja, a Guiné-Bissau por alternar regimes autoritários, ainda não vivenciou uma transição efetiva para o regime democrático.

A democracia não se reduz à escolha dos governantes em eleições periódicas. Não obstante, ser este um dos fatores que a constitui, ela engloba elementos adicionais, entre eles, o respeito às regras do jogo e a possibilidade ou empenho de pautar tais interesses dentro dessas regras. Isso também significa ter uma sociedade civil articulada e independente da tutela do estado, ter partidos políticos representativos e ver desenvolvida a tolerância política entre os principais atores no processo de disputa de governo (LIIPJHART, 2000).

Na mesma direção, Ihovbere (1994), citado por Teixeira (2008), adverte que uma democracia não se sustenta quando mantido o poder dos atores do regime autoritário. Isso significa dizer que a intolerância política prejudica qualquer tentativa de transição democrática, a ponto de servir apenas para manter a lógica antidemocrática herdada historicamente. Nessas condições, segundo o autor, há grandes chances dos processos democráticos, neste caso as eleições, servirem somente para manter os representantes do regime autoritário. Consequentemente, a possibilidade de se chegar a um regime democrático nestas circunstâncias esta fadada ao insucesso.

A questão da intolerância também é um dos fatores ressaltados por Macuane (2000), quando analisa obras escritas na década de 1990 como as Ake e Brumber, Monca e Ihovbere. Macuane associa a intolerância dos principais atores políticos nacionais, à falta de uma sociedade civil articulada e independente, à existência de partidos fracos e às dificuldades do judiciário de criar mecanismos jurídicos capazes de regular conflitos, destacando-as entre o que enumera como os motivos de fracasso do sistema político democrático na África. Advoga, ademais, que na Guiné-Bissau o cenário não é diferente, pois o país congrega todos esses fatores, evidenciados por vários conflitos políticos desde a sua independência. Conflitos que expressam momentos de intolerância política de civis e militares, além da repressão a qualquer contestação aos regimes militares aí instalados. Guerras civis e golpes de estado passam a fazer parte da agenda política, contribuindo largamente para a criação de um ambiente social e político tenso e critico.

No plano social, crises econômicas profundas, a instabilidade política e a miséria no país intensificam o fluxo de emigrantes. No aspecto político, eventos como o do fim da guerra fria ou o da queda do muro de Berlim, tiveram reflexos em muitos países africanos. No caso da Guiné-Bissau, tais eventos podem ser associados ao desencadeamento de reformas políticas, acompanhando experiências vivenciadas em outros países e que deu margem ao

que Samuel Huntington (1994) identificou como democratização de terceira onda. Em Bissau, tais reformas culminaram com a realização de eleições multipartidárias, como tentativa de resolver conflitos políticos e crises econômicas crônicas pela via institucional. Porém, como registra a literatura pertinente, tais práticas, em geral não foram de êxito ou propiciaram efeitos indesejados (MACUANE, 2000).

Consoante ao continente africano, o caminho democrático seguido pelas Repúblicas do Congo e de Angola, deram margem às primeiras eleições gerais e multipartidárias em 1992. A República de Camarões, independente desde 1960, começou um processo de liberalização política em 1990, realizando suas primeiras eleições em 1992. Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, mesmo com longa história de monopartidarismo, realizaram suas eleições em 1991. Na África do Sul, com o fim da *apartheid*, o presidente de Klerk convoca, no inicio de 1994, as primeiras eleições multipartidárias e inicia um governo de transição. Em abril do mesmo ano, Nelson Mandela é eleito o primeiro Presidente negro Sul Africano. Por sua vez, a Guiné-Bissau, cujo processo de transição inicia em 1990 e é referendado nas eleições em 1994, tem esse contexto interrompido por um levante militar iniciado em 1998 e retomado em novembro de 1999. O desenrolar desses acontecimentos culminou com as eleições de janeiro de 2000, na qual foi eleito presidente da República o líder do Partido da Renovação Social, Kumba Yalá. Oportunidade em que o PAICG é desalojado do poder (TEIXEIRA, 2005).

A instabilidade política econômica e cultural propiciou os golpes de estado na África. Para melhor entendimento desse processo é possível classificá-lo, sumariando as constatações acerca de problemas políticos, econômicos, e sócio-culturais elencadas por Teixeira (2006), da seguinte maneira:

- Políticos: Países que ingressaram mais recentemente em processos de transição democrática, pós 1974, denominados “democracia de terceira” onda, e outros em transição inacabada, como, por exemplo, Guiné-Bissau (1994), passam por crises institucionais graves. Estes países vêem a democracia como forma de resolver seus problemas sociais, políticos e econômicos, mas sem instituições consolidadas e poderes instituídos, acabam tendo resultados adversos no que concerne à coexistência e autonomia entre poderes (HUNTINGTON, 1994). Isso se deve a fraqueza das instituições e dos valores democráticos em alguns países e a crises econômicas que intensificaram os conflitos sociais e aqueles de cunho jurídico-normativo.

- Econômicos: Corrupção, má distribuição de renda, inflação, mau uso de verbas públicas, contribuem para acentuar problemas sociais como endemias, miséria, desemprego e criminalidade. Ao lado disso, encontra-se uma população vivendo em

condições precárias de subsistência e com pouco acesso à instrução, o que interfere na sua percepção de realidade, expondo as pessoas ao controle de fontes oficiais de informação como emissoras de rádios e televisão estatais. Ao que se soma, a retenção do poder político e econômico nas mãos de pequenos grupos, facilitando ou estimulando o desencadeamento de golpes de estado, não raro apoiados pela maioria da população.

- Sócio-culturais: Antigos problemas culturais e étnicos no continente africano preocupam governos, sociedade civil e a comunidade internacional. Na medida em que são desrespeitados por sucessivos governos, diferentes grupos étnicos se mantêm em constante conflito e os presidentes tendem a contemplar algumas etnias e interesses regionais em detrimento de outras. Esses privilégios são oferecidos em troca de apoio eleitoral a alguns grupos étnicos e regionais, como forma de garantir a reeleição. Razão pela qual os desequilíbrios econômicos e sociais agravam-se na Guiné-Bissau. Constituindo obstáculos estruturais para a pluralização da sociedade civil no espaço público e respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, Reynolds (1995) mostra que as eleições pluralistas ainda fomentam polarizações étnicas. Segundo o autor, como os grupos étnicos se localizam regionalmente, na maioria das vezes o resultado eleitoral é fruto ou reflexo da diversidade étnica. Nessas condições, a intolerância étnica incentivada por políticos mal intencionados e a falta de consciência nacional, entre os diferentes grupos étnicos, são alguns dos motivos de desagregação social e de conflitos entre os mesmos. Problema sentido também no interior das Forças Armadas nacionais (TEIXEIRA, 2006, p.20-21).

Retornando à apreciação sobre o estado guineense, vale ressaltar que apesar do esforço de alguns governos de possibilitar maior acesso da população à educação básica e promover certa unidade e consciência nacional entre grupos étnicos, ainda se registram baixos índices de escolaridade e a permanência do desequilíbrio étnico no país. Destarte, começa a surgir na população uma consciência cidadã acerca dos princípios da cidadania e do estado democrático de fato e de direito. Maior compreensão dessa realidade pode ser obtida cotejando a ocorrência e o contexto temporal de tentativas de golpe com acontecimentos relativos à violação dos direitos humanos no decorrer dos períodos identificados pela alternância de contextos autoritários e democráticos na Guiné-Bissau, mais precisamente, entre 1984 e 2009 (Quadro 3).

As informações elencadas no Quadro 3 dão conta de episódios ocorridos após a ofensiva comandada pelo General João Bernardo Vieira, responsável por um dos principais golpes de estado concretizado no início da década de 1980. Depois desta data, foram registradas três tentativas de golpes de estado entre os componentes do partido-Estado. A primeira no auge da tensão política, em 1984, quando foi proposto abolir o cargo de primeiro-ministro através de uma revisão constitucional. Vitor Saúde Maria, Vice-Presidente do Conselho da Revolução e Primeiro-Ministro (desde março de 1982), acusado

de preparar um golpe de estado, foi demitido e detido em prisão domiciliar durante um ano. A segunda tentativa ocorreu em outubro de 1985 quando o então primeiro Vice-Presidente, Paulo Correia e o ex-Procurador da República, Viriato Pã, foram acusados de tentar derrubar o governo pela violência. Na terceira, maio de 1987, rumores de uma tentativa de golpe de estado levaram à suspensão do vice-presidente e ministro das Forcas Armadas, Iafai Câmara, o qual, após uma semana de prisão domiciliar, foi autorizado a reassumir as suas funções.

Quadro 3 - Acontecimentos de Assassinatos, Torturas e Perseguições

Tentativas de golpes em ordem numérica	Mês / Ano	Nome dos Protagonistas	Assassinatos, torturas e perseguições
1	Março de 1984	Victor Saúde Maria	Preso
2	Outubro de 1985	Paulo Correia, Viriato Pã,	Torturado e assassinado
3	Março de 1987	Iafai Câmara	Preso
4	2000	General Assumane Mane	Torturado e assassinado
5	Outubro de 2004	General Veríssimo Correia Seabra	Assassinado
6	Janeiro de 2007	Lamine Sanha	Assassinado
7	Janeiro de 2007	Carlos Gomes Júnior	Vítima de perseguição (Refugio na ONU)
8	Julho de 2007	Mário Sá Gomes	Vítima de perseguição
9	2007	Silvestre Alves (Líder partidário)	Vítima de tortura
10	Março de 2009	João Bernardo "Nino" Vieira (Presidente) Tagmé Na Waié (General)	Assassinado Assassinado

Fontes: Relatórios da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau.

Na mesma linha de tempo se chega ao ano 2000 com o assassinato do líder da Junta Militar General Assumane Mané, cuja morte não teve seus motivos esclarecidos. Em 06 de outubro de 2004 é assassinado o General Veríssimo Correia Seabra após uma intensa mobilização por reivindicações salariais para as tropas responsáveis pela manutenção da paz na Libéria. Em 2007, mais precisamente em 06 de janeiro desse ano, o Comodoro Lamine Sanhá é assassinado em frente a sua residência. No mesmo ano, numa distância de seis meses Carlos Gomes Junior (janeiro) e Mario Sá Gomes (julho), são vítimas de perseguição política, o primeiro deles acaba na condição de refugiado das Nações Unidas. Ainda em 2007, o líder partidário Silvestre Alves é alvo de várias ofensivas de violação dos direitos humanos e vítima de detenção e tortura. Já no dia dois de março de 2009 é assassinado o Presidente "Nino" Vieira, poucas horas depois do chefe de Estado-Maior,

General Tagmé Na Waié ser morto num atentado à bomba, ambos na foto registrada na Ilustração 3.

Ilustração 3 - General Na Waié e Presidente Nino Vieira

Fonte. José Sousa Dias/LUSA**.** Disponível em: http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=205595&visual=3&layout=10

As repetidas violações dos direitos humanos na Guiné-Bissau resultaram em avaliações extremamente negativas sobre o país, denunciando práticas de perseguições, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos. Documento da Anistia Internacional referente às eleições presidenciais de 2009 insta o governo e as forças de segurança a "garantir que as Forças Armadas não violem os direitos humanos e que quem o fizer seja levado à justiça". O mesmo texto ressalta que: "Existe atualmente uma atmosfera de insegurança e medo na Guiné-Bissau", que resulta de "intimidação, perseguições, detenções arbitrárias e atos de tortura cometidos pelas Forças Armadas sobre críticos e opositores políticos" (www.amnistia-internacional.pt). O documento lembra ainda que a eleição de 2009 foi motivada pelo assassinato do presidente Nino e do General Tagmé e que depois deles mais 4 pessoas foram mortas pelas forças armadas, incluindo 2 ex-ministros um dos quais, Baciro Dabó, candidato ao cargo presidencial.

Questionamentos da mesma ordem integraram vários textos do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ONDH). Entre estes, vale mencionar o relatório de 2007 que se preocupou tanto com a crítica a detenções arbitrárias e a crimes hediondos

capitaneadas por militares como em denunciar o risco da recém aprovada “Lei de Anistia”, ser mais um mecanismo a promover a impunidade no país (Quadro 4).

Quadro 4 - Direitos Humanos na Guiné-Bissau (2007)

Bissau - O ano de 2007 termina na Guiné-Bissau "com violações repetidas dos direitos humanos e fundamentais do cidadão, com detenções arbitrárias e com assassinatos hediondos", segundo um balanço do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ONDH).

O ano de 2007, precisa o Observatório, foi marcado pela corrupção em todas as esferas do Estado e pelas greves contínuas nos sectores educativo e sanitário.

"A isto juntam-se as divergências intestinas no seio dos partidos políticos por causa de um Governo não prestar sequer atenção à delinquência, à insegurança social, aos assaltos à mão armada e à injustiça".

É por isso, explica o Observatório, que se multiplicam impunemente abusos de poder pelos agentes das forças de segurança e de defesa contra o cidadão comum, a perseguição dos jornalistas que são muitas vezes violentados no exercício das suas funções.

"A fragilidade do Estado bissau-guineense e a má governação acabaram por ameaçar as liberdades fundamentais dos cidadãos privando-os dos seus direitos mais legítimos, nomeadamente as marchas pacíficas marcadas por incidentes tais como o uso abusivo por forças de ordem de granadas lacrimogéneas contra os manifestantes".

O ano 2007, lê-se no documento, revelou a face real de 34 anos de má governação que culminaram hoje no tráfico e na utilização dos estupefacientes que afectam uma juventude sem nenhum futuro.

O ONDH denunciou finalmente a aprovação da lei de amnistia que "vai promover a impunidade".

Informações da Panapress, disponíveis em:

www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?noticia=6822594&canal=213

Tendo a história política da Guiné-Bissau como referência, é possível argumentar que esse país, à semelhança dos casos da Espanha, Argentina e Brasil analisados por Zaverucha (1994, p. 49), embora reparta experiências semelhantes de vivência autoritária e de processos de transição política, enfrenta obstáculos políticos diferentes e específicos no decorrer do processo de transição política. No entanto, compartilha com países que tardiamente mergulharam naquilo que Huntington (1994) chama de processo de democratização da terceira onda, a ausência do controle civil sobre os militares, excessos de prerrogativas militares, incapacidade de contestação da ordem civil. Conflitos dessa natureza podem culminar em golpes de estado e na derrubada de governos eleitos. Além da

Guiné-Bissau que sofreu outra tentativa de golpe e o assassinato do seu então presidente no inicio de 2009, em 28 de junho desse mesmo ano, na América Latina, um golpe de estado retirava do poder o presidente de Honduras, Manuel Zelaya.

Acontecimentos dessa natureza colocam em xeque a possibilidade de concretização de processos de transição política e a consequente construção da democracia em países onde a ocorrência de golpes passa a ser uma constante. Ao que se soma a frequente ameaça aos direitos individuais de cidadania e a ocorrência dos mais diversos atos de violação aos direitos humanos. Esse é o tom adotado pelo Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos em relatório da missão de investigação internacional, intitulado «Guiné-Bissau: Um Ambiente Prejudicial para o Trabalho dos Defensores dos Direitos Humanos», de dezembro de 2008. Na análise dos riscos de instabilidade política e da segurança do regime guineense e suas consequências sobre os defensores dos direitos humanos e as liberdades públicas, o texto refere-se a um país enfraquecido pela corrupção, o narcotráfico e a proeminência do exército sobre a política desde a guerra de independência.

No mesmo sentido, a Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) e a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), organização membro da primeira, instigadas pelos assassinatos ocorridos no início de março de 2009, declararam-se preocupadas com a situação política e a segurança na Guiné-Bissau. Em vista disso, apelaram às forças armadas guineenses, pedindo o pleno respeito à ordem constitucional e à integridade física e moral dos cidadãos civis, dos representantes políticos, dos defensores dos direitos humanos e dos jornalistas (FIDH e LGDH, 2009).

As mesmas organizações de defesa dos direitos humanos (FIDH e LGDH) também reiteraram sua preocupação com o domínio das forças militares na política em apelo veemente à União Africana, à CEDEAO, às Nações Unidas e à Comunidade Internacional, solicitando delas o empenho em persuadir as forças armadas e as autoridades guineenses ao pleno respeito dos compromissos regionais e internacionais da Guiné-Bissau, e em particular sobre a transição política, ou seja, no preenchimento interino da vacância criada pela morte do Presidente da República. Para tal, as entidades apelaram aos preceitos constitucionais, assim como ao respeito às disposições da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. A FIDH e a LGDH manifestaram ainda os propósitos de ver a Guiné-Bissau voltar à normalidade

constitucional, preconizando o respeito pelos direitos humanos, a paz e a observância estrita das regras que orientam um estado de direito democrático (Idem).

Tais questionamentos novamente remetem esta avaliação ao problema da relação entre civis e militares. A ausência de controle civil sobre os militares em Guiné-Bissau justifica a incerteza da democracia representativa e a certeza de que o próprio processo de transição ainda se encontra incompleto. Segundo Przeworski (1989, p.21), a transição para a democracia somente estará completa quando se verifica: 1) o efetivo controle civil sobre os militares; 2) a possibilidade real de alternância partidária no poder. Para Zaverucha (1994, p. 9), o controle civil sobre os militares implica na existência de autoridades e poderes constituídos (executivo, Legislativo e Judiciário) capazes de limitar o comportamento autônomo das Forças Armadas, eliminando, por conseguinte, enclaves autoritários dentro do aparelho do estado.

Em vista disso, caberia reforçar aqui indagações proferidas por outros autores, entre estas: Como adotar as premissas da teoria democrática numa realidade onde as influências das Forças Armadas em relação às decisões políticas estão historicamente enraizadas desde o surgimento do estado? Como autoridades civis constituídas podem limitar o comportamento autônomo das Forças Armadas em contextos nos quais chefes militares devem analisar objetivos e programas do governo antes destes serem viabilizados? Alfred Stepan (1996) mostra que a análise das relações civil-militares deveria ser principalmente, função de duas variáveis – o grau e abrangência das prerrogativas militares, e o grau e o nível de contestação militar em relação às ordens civis (ZAVERUCHA, 2000, p. 35). As duas variáveis podem ser adaptadas à explicação da realidade da Guiné-Bissau no que tange à relação civil militar, pois é possível se deparar com os dois ou mais casos: existência de alta contestação, intervenção militar no sistema político e altas prerrogativas militares.

4. Reflexões Finais

> Toda insurreição esconde antecedentes conjunturais de caráter político, social e econômico e os analistas apontam a crise e a conseqüente descrença no estado como os mais importantes e os mais recusados no tempo, somados a um conjunto de situações que se vinham acumulando e agravando há pelo menos duas décadas (PARENTE & AUGEL, 2007, p.66).

Como inicialmente mencionado, o objetivo geral do presente trabalho era investigar o processo de transição política, enfatizando o caso da Guiné-Bissau no período de 1994 a 2009. Em vista disso, tratou-se de abordar as seguintes questões: Quais as nuances do processo de transição política deste país? Como civis e militares se manifestam ou se relacionam quanto à ocupação, exercício e controle do poder no contexto de transição política?

A fim de examinar as implicações da relação civil-militar no processo de transição política em Guiné-Bissau e contemplar os objetivos propostos partiu-se de algumas constatações de caráter político, econômico e sócio-cultural. No âmbito político, ressaltaram-se as instabilidades resultantes de sucessivos golpes de estado, presentes desde os primórdios da independência do país; a personalização do sistema político, via dinâmicas e lutas pelo poder com base em aspirações pessoais e, a politização das forças armadas, cujas facções internas são tidas como responsáveis por sucessivas crises políticas no país.

Em termos econômicos, ponderava-se que no contexto examinado o país enfrenta uma das mais profundas crises econômicas, inviabilizando o processo de consolidação democrática. Ao lado disso, constatava-se a eclosão de conflitos violentos, em razão da intolerância política, além da debilidade do Estado em combater a corrupção generalizada e à ineficiência administrativa. Acontecimentos que fomentam o distanciamento da sociedade civil em relação ao Estado. Já no plano sócio-cultural, detectava-se um país intensamente dividido por grupos étnicos, ao lado de fenômenos como o do tribalismo, de repercussão inconteste no sistema político nacional. Já consideradas a ausência de uma

cultura democrática e a falta de controle civil sobre os militares tem-se a existência de uma sociedade civil dependente do Estado e de partidos políticos pouco institucionalizados, portanto, incapazes de canalizar as demandas societais e de administrar sucessivas crises políticas e econômicas. Enfim, um conjunto de fatores a corroborar o insucesso de qualquer planejamento democrático na Guiné-Bissau.

Com efeito, mesmo que os conflitos no interior dos partidos tenham favorecido de alguma forma a abertura e a transição política, conforme demonstrado no decorrer deste trabalho, é inquestionável que o acirramento de conflitos entre diferentes grupos étnicos na luta por hegemonia política consubstanciou-se em sucessivos golpes de estado. Constatou-se, também, que nos quinze anos de experiência democrática na Guiné-Bissau (1994-2009) não existiu governo oriundo de eleições democráticas que tenha conseguido cumprir seu mandato ou estabelecer o controle civil sobre os militares. Nesse sentido, os enclaves autoritários permanecem integrando todas as instituições públicas do país.

O caso da Guiné-Bissau serve para demonstrar que a democracia não se restringe à escolha do presidente e do governo por meio de eleições periódicas, embora seja este um dos seus princípios. Sendo assim, comporta outras dimensões que vão além do respeito aos resultados das urnas ou da realização de processos eleitorais pacíficos e ordeiros. Portanto, requer uma soma de fatores que incluem desde o respeito aos direitos humanos, até o equilíbrio entre diferentes forças política e a existência de uma sociedade civil autônoma, bem como a presença de partidos políticos institucionalizados com capacidade de representar os interesses dos mais diversos segmentos sociais junto ao governo.

De acordo com a literatura, um processo de democratização pode ser dividido em três etapas – liberalização, transição e consolidação democrática. A da liberalização ocorre quando o regime autoritário começa a se fragilizar e sinalizar sua intenção de realizar mudanças políticas. A transição ocorre quando novos atores políticos são incorporados ao processo de tomada de decisões, visando preparar a (polis) para eleições multipartidárias. Ao lado disso, a consolidação democrática é um processo de fortalecimento de instituições e aprofundamento da cultura democrática. Situação alcançada quando a democracia torna-se “legitima e consolidada” (ZAVERUCHA, 2005, p. 245). Consoante à realidade política da Guiné-Bissau, aqui examinada, o que se verifica é estar esse país ainda oscilando entre as duas primeiras etapas referidas.

Daí se deduz que para efetivar essas duas fases e chegar à terceira, que circunscreve o processo da democratização, mostra-se necessário trabalhar com muitas variáveis, dentre elas com o fortalecimento das instituições políticas. Entrementes, não sem levar em conta elementos que ultrapassam o campo do crescimento meramente econômico ou político. Isso requer estratégias orientadas por programas e ações conjuntas que contemplem tanto o controle civil sobre os militares, como a redução das condições precárias de subsistência da população (desemprego, miséria ou a fome) e, em particular, o respeito aos direitos humanos. Nesse caso, caberia aos militares apenas procurar manter o controle sobre as instituições políticas democráticas no papel de poder moderador dos conflitos políticos, ou seja, quando governantes eleitos são incapazes de elaborar e concretizar políticas públicas em favor da população. A promoção dessas políticas não só precisa estar implantada para a profissionalização das Forças Armadas, mas também para ajudá-las a aprender a viver e conviver com o outro. E isso com base numa cultura pautada pelo respeito aos direitos humanos e à ordem constitucional.

Quanto à permanência do legado autoritário no novo sistema de governo, percebe-se que na Guiné-Bissau, renovava-se a confiança nos elementos do antigo regime. Fato evidenciado na realização das primeiras eleições legislativas, em 1994, o PAIGC e o seu presidente João Bernardo Vieira, após duas décadas no poder, saíram vencedores nas urnas. A influência do ciclo vicioso autoritário no processo da transição política da Guiné-Bissau traz risco para a transição política do país e promove o retrocesso no que tange à liberalização política. A prova disso consolidou-se em junho de 1998, através da guerra civil que culminou com o primeiro golpe de Estado levado a cabo logo após a abertura política. O desafio da transição política, no entanto, é a luta pela consolidação da democracia. Destarte, é improvável que a permanência do legado autoritário numa sociedade consiga consolidar uma democracia.

Os motivos que levam ao golpe de estado na Guiné-Bissau, muitas vezes são distorcidos e atribuídos a questões étnicas. Todavia, não se pode esquecer o papel de atores políticos externos no processo, ou seja, países e instituições que defendem virtualmente os seus interesses e financiam armas e dinheiro para a derrubada de governos civis eleitos pelo povo, toda vez que consideram que estes não atendem suas exigências ou interesses. Por conseguinte, os problemas do processo de transição política e de consolidação democrática do país podem ser explicados por vários fatores, entre eles, em função das

mazelas originárias do longo período de domínio português, da tradição autoritária dada como legítima, do baixo grau de institucionalização das instâncias políticas e de um relacionamento de dependência entre civis e militares na divisão do poder e na supremacia dos últimos em questões relativas ao Estado.

Afinal, dentre as muitas nuances da história política da Guiné-Bissau, uma delas, sem dúvida, diz respeito à importância da participação da cidadania nas urnas. Tendo como referência as primeiras eleições presidenciais (1994), as realizadas durante a guerra civil (1999), as que permitiram a eleição de um candidato para substituir um presidente interino (2005) e as que resultaram na ocupação do cargo de um presidente assassinado (2009), nota-se que mesmo em condições precárias os cidadãos guineenses não se abstém de votar. No entanto, também se deve considerar uma espécie de decréscimo nessa participação quando se comparam os diferentes pleitos mencionados nesse estudo. Assim sendo, o exposto nesse trabalho é mais uma colaboração aos estudos reflexivos e exploratórios sobre os países africanos, particularmente o da Guiné-Bissau. Contudo, futuros estudos se fazem necessários para, através da investigação científica, contribuir na busca das causas dos impasses e dos avanços no processo de transição política de Guiné-Bissau.

Referências Bibliográficas

AUGEL, Johannes Cardoso, **Transição Democrática na Guiné-Bissau**: INEP, 1996.

_____. **Soronda Revista de Estudos Guineense.** Bissau: INEP, 2002.

AUGEL, Moemia Parente. **O desafio do escombro**: Nação, identidade, e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Janeiro: Garamond, 2007.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** uma defesa das Regras do Jogo: Rio de janeiro: Paz e terra 1986.

_____. **A era dos direitos**, 10ª. ed. Rio de janeiro: Campos, 1992.

_____. **Dicionário de política**. Brasília: UNB. 1998.

CABRAL, Amílcar. **A ação armada e os métodos militares.** Portugal: Avante-SARL, 1988.

CARDOSO, Carlos. **Os desafios da transição política na Guiné-Bissau.** (S/d). Disponível em: http://www.Didinho.org. Acesso em: 5/10/2009.

CARDOSO, Carlos. Transição política na Guiné-Bissau: um parto difícil. In: **Transição política na Guiné-Bissau e outros ensaios.** Bissau: INEP, 1996.

CORDEIRO, Roberto Sousa (2008). Guiné-Bissau: Relação civil-militar no processo de transição política. Disponível em http// www.didinho.org. Acesso em: 11/12/2009.

CHAUI, Marilena de Sousa. **Convite à Filosofia.** 13ª. ed. São Paulo: Ática, 2004.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática.** Rio de Janeiro: Zahar, 1898.

FEREIRA, Mario, NUMERIANO, Roberto. **O que é golpe de estado.** São Paulo: Brasilense, 1993.

FIDH - Federação Internacional dos Direitos Humanos. Paris. Relatório, 2009. Disponível em: www.fidh.org/. Acesso em: 26/11/2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HABERMAS, Jorgen. **Direito e democracia:** Entre faticidade e falidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HUNTINGTON, Samuel 1994 **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática

KOUDAWO, Fafali, MENDY, Peter Karibe. **Pluralismo político na Guiné-Bissau**: uma Transição em curso. Bissau: INEP, 1996.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau:** da democracia revolucionaria à democracia liberal. Bissau: INEP, 2001.

LIPJHART, Arend. **Modelos de democracias**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Brasiliana, 2000.

LINS, Juan, STEPAN, Alfred. **Presidencialismo ou parlamentarismo**: faz alguma diferença? São Paulo: Textos EDUSP, n 20, 1989.

LGDH - Liga Guineense dos Direitos Humanos. Guiné-Bissau. Relatório 2009. Disponível em: www.fidh.org/. Acesso em: 26/11/2009.

LOPES, Carlos. **Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau.** Lisboa: Edições 70, 1982.

LOPES, Carlos. **Aumentando o conhecimento sobre a historia de Cabo-Verde**. Dacar: CODESRIA**,** 2005.

MACUANE, Jaime. Liberalização política e democratização em África: uma analise quantitativa. **Dados**: nº 2 , vol. 22, p. 200-214, 2000.

MAINWARING, Scott, et al. (s/d) **Classificando regimes políticos na América Latina**, 1945-1999.

MENDY, Peter, **Colonialismo Português em África a tradição de resistência na Guiné-Bissau entre 1875-1915**. Guiné-Bissau, 1991. Tese de Doutorado em Ciência Política, University of Birmingham.Guiné-Bissau ,INEP,1994.

MENDY, Peter. A herança colonial e o desafio da desintegração em Bissau. In: **Soronda Revista de Estudos Guineenses**, 1993.

MENDY, Peter. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: MENDY, Peter. (Org.). **Pluralismo político na Guiné-Bissau.** Bissau: INEP, 1996.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MOE EU 2005. Election Observation Mission Guinea-Bissau. Final Report on the Presidential Elections. Disponível em: http://ec.europa.eu/external_relations/human_rights/election_observation/guinea_bissau_2005/final_report_pt.pdf. Acesso em: 11/12/2009.

MOE EU 2009. Election Observation Mission Guinea-Bissau. Final Report on the Presidential Elections. Disponível em: http://ec.europa.eu/external_relations/human_rights/election_observation/guinea_bissau_2009/final_report_pt.pdf. Acesso em: 11/12/2009.

O´DONNELL, Guillermo, SCHIMITER, Philippe. (Org.). **Transições do regime autoritário:** Sul da Europa. São Paulo: Vértice, 1988.

OPDDH - Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos. Guiné-Bissau: Um Ambiente Prejudicial para o Trabalho dos Defensores dos Direitos Humanos. Relatório da Missão de Investigação Internacional, dezembro de 2008.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de janeiro: Paz e terra, 1992.

PRZWORSKI, Adam. Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia? In: MOISES, José Álvaro, ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Orgs.). **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PRZWORSKI**,** Adam. **Democracia e mercado** no leste europeu e na América Latina. Rio Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RUDEBECK**,** Lars. **Buscar felicidade**: democratização na Guiné, lala Kema N1. Bissau INEP, 1997.

SANGREMAN Carlos, SOUSA JR Fernando, ZEVERINO Guilherme BARROS, Miguel. A evolução política recente na Guiné-Bissau: As eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil. **Coleção Documento de Trabalho**, nº 70. Lisboa: CEsA, 2006.

SILVA, Antonio Duarte. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização Portuguesa**: estudo de historia, direito política. Porto: Afrontamento, 1997.

SANTOS, Onofre. **Um sorriso para a democracia na Guiné-Bissau:** 1994. Missão de Observação Eleitoral das Nações Unidas, Comissão Nacional de Eleições. Lisboa: Artes Gráficas.1996.

SCHUMPETER**,** Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**: Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

STEPAN**,** Alfred. **Militar na Política**. Rio de Janeiro: Arte Nova 1975.

_____. **Os militares**: da abertura à nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

TEIXEIRA**,** Ricardino Jacinto Dumas. Guiné-Bissau: **Transição para a democracia,** 1990-2004. Roraima: Editora da UFRR, 2005.

_____. **Golpe de estado na Guiné-Bissau**, 1998-2003. Lisboa: Projeto Contributo, 2006.

_____. **Militares e civis na Guiné-Bissau**: amigos ou inimigos? Recife, UFPb, 2007. Disponível em http://www.didinho.org. Acesso em: 11/12/2009.

_____. Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau, 1994-2006. Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

WEBER, MAX. **Ciência e política:** Duas Vocações: São Paulo: Cultrix, 1968.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumores de Saberes**. Controle civil ou tutela militar? São Paulo: Atica, 1994.

_____. **Frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC, os militares (1990-1998). Rio de janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

_____. **FHC, Forças armadas e política:** entre o autoritarismo e a democracia. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Sites consultados:

www.amnistia-internacional.pt.

www.publico.clix.pt

www.inec.gov

http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=205595&visual=3&layout=10

www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?noticia=6822594&canal=213